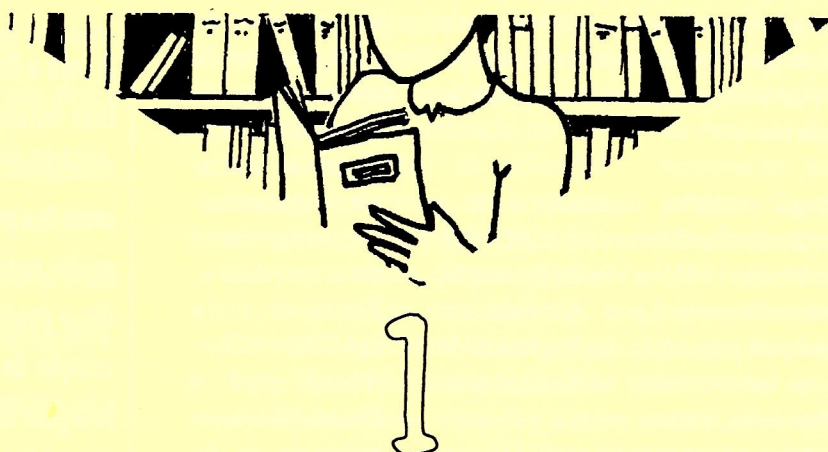
Luis Moreno

Assistente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigador do Centro de Estudos Geográficos

OS ESTUDOS EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E LOCAL EM PORTUGAL

APONTAMENTO DE CONTEXTO E SISTEMATIZAÇÃO

1 CONSIDERAÇÕES DE PARTIDA

O objectivo de uma resenha incidente nos contributos para o acervo de conhecimentos a propósito do desenvolvimento rural e local em Portugal não pode deixar de implicar uma apresentação prévia dos limites impostos à tarefa. Antes de mais, note-se que não cabe aqui efectuar um confronto de perspectivas, contextualmente situadas, sobre os conceitos sublinhados, pelo que se apresenta apenas a nossa concepção de partida, orientadora da abrangência efectuada neste pequeno artigo.

Assim, tomamos o desenvolvimento rural (DRUR) como um processo de valorização sustentada dos recursos e da qualidade de vida em áreas "não urbanas", de forma a contribuir para uma estruturação social, económica e territorial a diferentes escalas, desde que esta seja percebida pelos actores como positiva e geradora de oportunidades de realização humana em todas as dimensões. Quanto ao desenvolvimento local (DLOC), consideramo-lo um processo com finalidades idênticas, mas podendo ter lugar em qualquer território (rural, urbano ou com outras classificações) onde haja uma consciente e continuada mobilização interna de uma "população local" ou "comunidade".

Nesta perspectiva, são em grande número os trabalhos levados ao domínio público (algumas vezes apenas sob a forma de exposições orais) e que podem alimentar o referido processo, envolvendo uma diversidade de aspectos, na medida em que o DRUR (tal como o DLOC) é/foi alvo da atenção de diferentes entidades, com competências específicas. Aqui, cingir-nos-emos exclusivamente a "produtos escritos" (tornados documentos) e disponíveis pelo menos num local de acesso público.

Começamos por distinguir os estudos que contribuem, ou podem contribuir, de algum modo, para o DRUR, e aqueles que, de certa forma, incidem em políticas, medidas e/ou acções de DRUR.

No primeiro caso, temos uma infinidade de contribuições, desde os domínios das ciências da terra e da vida até aos das ciências sociais e humanas, não excluindo as respectivas aplicações (técnicas, políticas...). Só a agricultura, como elemento significativo do DRUR, suscita vários estudos científicos e/ou técnicos, com destaque para os de agronomia, esta apoiada pelos

domínios da climatologia, meteorologia, hidrologia, geomorfologia, pedologia e edafologia, biologia (animal e vegetal), química e física, ecologia, geografia, história, economia, gestão, antropologia, psicologia, sociologia, direito, etc, etc. As publicações que veiculam esses estudos tanto provêm das universidades e centros de investigação como de organismos da administração pública (mormente do Ministério da Agricultura), empresas e instituições associativas e cooperativas, de alguma forma interessados no melhoramento da produção primária e/ou das condições (bio)físicas e humanas que a envolvem. Todavia, como o DRUR não passa apenas pelo desenvolvimento da agricultura, mas sim de todo o sistema social, económico e territorial de que essa actividade é um mero elemento (mais ou menos importante), pode depreender-se uma imensidão de contribuições.

O segundo caso - o conjunto das obras em que, de algum modo, as políticas, medidas e/ou acções de DRUR são alvo de considerável atenção - trata-se de uma restrição efectuada ao universo de estudos mencionado e compreende um domínio partilhado por diferentes ciências sociais e humanas. É este o âmbito das indicações bibliográficas que se seguem. Incluem-se também algumas "obras de referência", com "função de catálogo" ou orientação para outras ou mesmo para o assunto-alvo. No entanto, o volume ainda é considerável, pelo que optamos pela mera referência de uma ou outra obra exemplificativa, em diferentes domínios considerados (1).

Por outro lado, os estudos não existem de forma independente do contexto social, económico, cultural e político em que foram produzidos. Por isso, assiste-nos uma preocupação de enquadrar minimamente certas referências bibliográficas no "ambiente" geral que deu sentido de oportunidade e de pertinência social ao seu surgimento. Naturalmente, podem acusar-se faltas de relativa importância, na medida em que a perspectiva do autor, a sua sensibilidade (filtro cultural) e as suas limitações são factores de certas omissões. Só temos de agradecer qualquer participação crítica, daqui decorrente, que possa favorecer o enriquecimento de um estudo dinâmico nesta matéria (necessariamente, um produto colectivo)...

OBRAS E CONDIÇÕES ENVOLVENTES

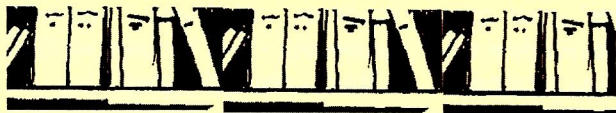
• A ABRANGÊNCIA DA HISTÓRIA E O PERÍODO DITATORIAL

As investigações sobre as condições históricas que configuraram a ruralidade portuguesa ou a vida social e económica nos campos deram origem a numerosos trabalhos, embora muitos deles incidam apenas sobre as condições de desenvolvimento da agricultura, principal actividade até aos últimos decénios (ex: SILBERT, 1966; H. BARROS, 1930; A. BARROS, 1980; CALDAS, 1991; VEIGA, 1991; HESPANHA, 1994).

Até ao período democrático, o Estado e os seus instrumentos nada conseguiram fazer no sentido de um DRUR estruturante, face a uma situação de dependência externa (colónias e países industrializados) e perante uma política castradora da valorização social dos rurais, ao contrário das políticas nacionais dos membros da CEE, assim como da PAC, que garantia preços viabilizadores de uma ascensão económica - mas também social e cultural - dos agricultores.

As maiores influências em termos de relativa (des)valorização do mundo rural português dividiam-se entre as que resultavam: **a)** do governo, que apostava no crescimento industrial baseado no sacrifício dos campos e valorizava os modelos de grande exploração (estranhos ao grosso da realidade portuguesa), para além de uma incidência limitada da "Colonização Interna" (cf. VARELA, 1960, 1992; BAPTISTA, 1993); **b)** do papel da Igreja, como considerável vector da regulação social.

No que respeita ao poder político, este não deixava de sustentar as condições estruturais de elitismo e centralismo macrocéfalo, pelo que, coerentemente, os trabalhos técnico-científicos - agronomia, economia, engenharia, etc. (cf. FCG-CEEA, 1959, 1968) - além de insuficientes, ainda tinham uma aplicação real limitada, dada a falta de adaptação às condições e correlativa falta de qualificação em toda uma cadeia de agentes e população-alvo (2), para além da falta de tecnologias adaptadas (incluindo as sociais). Faltavam essencialmente uma extensão rural (ou mesmo agrícola) eficaz, a experimentação descentralizada e a retroacção permanente para a investigação (cf. ANDRADE, 1987; NOGUEIRA, et al.,1991; CRISTOVAO, 1997).

Ao nível internacional, desde o pós-guerra que se impuseram as abordagens de desenvolvimento comunitário (Dcom) como instrumento de resolução dos problemas de áreas desfavorecidas (rurais ou urbanas). Ainda na fase da ditadura, Portugal, alvo de fortes influências intenacionais, não deixa de vir a aproveitar o Dcom como via instrumental para acompanhar ou controlar os processos de emancipação territorial. Assim, em 1960 o

Ministro do Ultramar de então (Adriano Moreira) dá início a uma política de aplicação dessa "técnica de progresso social" (SILVA, 1962), o que tem lugar inicialmente nas colónias (cf. NETO, 1962; SILVA, 1962; SOUSA, 1963) e depois na metrópole (IAF, 1965; SEMEDO, 1993), caso em que complementa a "extensão agrícola familiar" e os projectos de "extensão agrícola" da SHELL e da CUF. Por sua vez, o "projecto de extensão rural do Andulo" - Angola (cf. POSSINGER, 1971) torna-se um antecedente das tentativas de implantar um aparelho de extensão em Portugal (cf. I.U.E., 1974; S.C.A.P., 1979).

No que toca ao papel da Igreja, não é de desprezar a contribuição de estudos relacionados com a sua Doutrina Social (DSI). Embora o próprio Serviço Social (cuja instituição de formação surgiu em Portugal em 1935) sempre tenha evidenciado a prática dos ideais cristãos, isso era feito numa perspectiva algo caritativa, o que era favorecido por um Estado assistencialista - marcadamente na versão europeia, por oposição à dos EUA (cf. VIEIRA, 1980) - e paternalista. Os anos 60 mostram alguma reorientação da Igreja e da referida DSI, em coerência com as mudanças internacionais emancipadoras de povos e comunidades (3), especialmente na sequência do pontificado de João XXIII e do Concílio Vaticano II (cf. PIRES, 1963; PAULO VI, 1967; CAMACHO, 1991; NEVES, 1994). Assim, as novas influências foram, cada vez mais, no sentido de práticas locais, em resposta às necessidades concretas diagnosticadas ao nível da área de influência paroquial, e onde já se aceitava que a população fosse estimulada para se sentir co-responsabilizada e dignificada num processo de desenvolvimento (cf. UCISS, 1962; CLEMENTE; et al., 1987). Assim, não é de estranhar o envolvimento de responsáveis da Igreja nas primeiras dinamizações de projectos de Dcom (cf. SEMEDO, 1993).

• AS DESCENTRALIZAÇÕES: DESENVOLVIMENTO LOCAL E MULTIPLICAÇÃO DOS ESTUDOS

O advento do sistema democrático, desde 1974, em contexto de crise conjuntural e estrutural, deu ensejo ao surgimento de formas de desconcentração e descentralização que tentavam combater os efeitos acumulados do centralismo - injustiça territorial e grandes desigualdades nas oportunidades de acesso à valorização social. A criação das autarquias locais e a expansão das universidades regionais, enquadrados na prevista adesão à Comunidade Europeia (CE) - formalmente solicitada em 1977 - revelam-se como marcos fundamentais neste processo. Nestas circunstâncias, vários trabalhos debruçam-se sobre certas condições exteriores aos principais pólos e eixos de crescimento e contribuem para o seu planeamento ou ordenamento, em diferentes domínios.

Para além dos trabalhos associados ao papel dos municípios e universidades (adiante), deve ser observado que os primeiros estudos com influência estruturante no DLOC e DRUR surgem logo nos anos 70, relacionados com a reforma agrária, a nova forma desconcentrada de apoiar a agricultura (Serviços Regionais de Agricultura), a tentativa de implantar um serviço de extensão rural, a incidência na educação de adultos, no Dcom e no cooperativismo. As influências da cooperação internacional (PNUD, Israel, Suécia, RFA, França, etc.) são múltiplas, embora normalmente avulsas e desencontradas (L. MORENO, 1993).

Quanto à educação de adultos, identificada como uma das prioridades nas áreas desfavorecidas, passa de uma abordagem descendente para uma óptica participativa, após 1976, especialmente através de dinâmicas de "animação" que incorporam metodologias de investigação prática, (cf. GUSMAO & MARQUES, 1978; LIMA, 1990; Santos SILVA, 1990). No entanto, em meados dos anos 80, limitações orçamentais e opções políticas reencaminham crescentemente grande parte do processo para o quadro da "formação para o emprego" e/ou dos "programas integrados", assistidos por ajuda internacional (cf. VV.AA, 1988; CRUZ, 1991; Santos SILVA, 1990; HENRIQUES, et al., 1991; AMARO, 1992; NOVOA, 1992).

O caso da extensão rural apresenta um percurso algo diferente do da educação de adultos (cf. CARRIÇO, 1978). Embora sempre tenha tido potencialidades consideráveis na promoção do DRUR em áreas de forte incidência agrícola, os estudos mais recentes revelam a persistência de princípios difusionistas e actuações desapoiadas, por oposição a um preconizado envolvimento plural e articulado dos actores (que supõe o reconhecimento das competências específicas de cada um) através, por ex., de trabalho em rede e em parceria (cf. PORTELA, 1991; CRISTOVAO, 1994, 1995, 1997).

O cooperativismo, como factor de DRUR, é alvo de maior atenção nos anos que rodeiam o início da década de 80 (ex:CAVACO, 1977; BARROS, 1978; FERRINHO, 1978; LOURENÇO, 1981; TELO, 1985), mas a "saturação do assunto" atinge-se com o fracasso de grande número de cooperativas assistidas (e de forma insuficiente) e com o êxito de algumas, que adoptam uma postura "profissionalizada" (cf. CABRAL, 1990). Como caso extremo, o crédito cooperativo (CCAM) revelará um êxito assinalável no acompanhamento das

ajudas nacionais e comunitárias à agricultura e, mais tarde, ao DRUR (cf. PINHO, 1987; REBELO & MENDES, 1996).

Sobre o poder autárquico, inicialmente limitado a investimento em infra-estruturas de promoção social, alguns trabalhos vêm a diagnosticar o seu papel e a perspectivar alguns desempenhos. Mesmo antes das obras de HENRIQUES (1990) e LOPES (1990), a maioria dos primeiros estudos em Portugal sobre as condições de desenvolvimento endógeno em áreas rurais, com ênfase para o papel da indústria, nos anos oitenta, já antecipam a apreciação do papel dos municípios (ex: NEVES, 1984; PIRES, 1983, 1987; FERRAO & BAPTISTA, 1989; REIS, 1992 (4)) e têm continuidade noutros que extravasam, muitas vezes, a óptica do "endógeno" (ex: COSTA e NEVES, 1993; SYRETT, 1995; TOSCANO, 1996; PEDROSA, 1997).

A perspectiva existente de criação de regiões administrativas, que influenciava os pressupostos de vários autores nos anos 70 e 80, suscita alguns estudos iniciais (ex: MAI, 1981; LOPES, 1982; IACEP, 1984), mas o esforço pró-regionalização surge de forma particularmente imbricada na discussão do papel das universidades no desenvolvimento (ex: VV.AA, 1983), uma vez que estas instuições de ensino e investigação virão a revelar "efeitos directos" e "indirectos" neste processo (cf. L. MORENO, 1993; ARROTEIA, 1996; REIGADO, 1996, 1998; M. R. MORENO, 1996).

No que respeita à matéria genérica do DRUR, os anos 80 revelam tanto trabalhos com ênfase na promoção ou análise do "desenvolvimento rural integrado" (ex: PORTELA, 1984; GUERREIRO, 1986; FERREIRA, 1990; ESPADA, 1991) como os que interpretam a "desintegração rural" (ex: MSR, 1984 (5); NOGUEIRA, 1986; UTAD/DES, 1987; ACR, 1988, PEREIRA, 1988). Isto, para além dos apreciáveis contributos elaborados no ambito da acção das CCR como forma de preparar programas de desenvolvimento regional, rural ou local cofinanciáveis pela CE (ex: GC/PIDR-NE, 1986, 1989; CCRC, 1986; MPAT, 1989; CCRA, 1990; CCRN, et al., 1990).

• OS NOVOS TRABALHOS E A PRODUÇÃO UNIVERSITÁRIA NOS FINAIS DO MILÉNIO.

Nos anos noventa multiplicam-se e difundem-se quatro tipos de estudos: **a)** por inerência à acção político-administrativa do governo central, sectorializada ou territorializada e, por vezes, desconcentrada (ex: CCRC, 1993; CCRC/DRCC, 1993; VV.AA., 1993; COVAS; PORTELA; et al., 1993; CAVACO, 1994; CAVACO, et al., 1994; CNE, 1995, 1996; MA/IEADR, 1995; VV.AA., 1997); **b)** os que têm a ver com a elaboração dos planos e programas na esfera do poder local (ex: os vários PDM...); **c)** os que configuram os dossiers de candidatura à gestão de programas (nacionais e da CE), por parte de entidades associativas e não governamentais, de acção regional/local, assim como os subsequentes relatórios de execução e avaliação (ex: IN LOCO, 1991; ADPM, 1996) e ainda os que resultam de investigações apoiadas no âmbito de projectos específicos (ex: animar, 1995, 1998; CIDM, 1995; Esdime, 1995, 1997; SILVA, et al., 1998); **d)** os trabalhos académicos que resultaram de um ensino superior em constante expansão nos anos oitenta e noventa. Neste último caso há que ter em conta que, embora muitas das novas licenciaturas na área das ciências sociais e humanas tenham produzido os primeiros resultados escritos nos anos oitenta, o maior contingente já pertence ao último decénio do século, somando-se aos produtos dos cursos menos recentes. Todos esses "produtos" são aqui considerados como os que provêm dos projectos de investigação de ambito universitário e das dissertações ou teses que, à excepção do nível de licenciatura, implicam normalmente alguns anos de elaboração.

No que respeita aos projectos universitários de investigação, muitas vezes por via de "Centros de Estudo", são normalmente realizações conjuntas que se traduzem em trabalhos que podem integrar contribuições externas ao núcleo-base (ex: UTAD/DES, 1987; ALMEIDA, et al., 1994; HOVEN e NUNES, 1996; ISA/EUROTEAM, 1996; FERRAO, 1997). Também como produtos colectivos pertinentes, que fazem afluir contributos universitários e outros, devem apontar-se os que resultam da dinamização de associações profissionais ou de interesses específicos (ex: APS, 1994; SPER, 1991, 1995, 1996; ASGARVE, 1996).

Sobre os trabalhos académicos individuais que importam para as questões de DRUR e/ou DLOC, eles não serão aqui alvo de referências exemplificativas (alguns já foram mencionados, em contexto próprio), por motivos já expostos, pelo que se dá sequência a uma mera apreciação sinóptica e "diagonal".

Quanto aos "trabalhos de fim de curso", "dissertações de licenciatura" ou "relatórios de estágio", não há muitos cursos que os contemplem, pelo menos sob a forma de "trabalho disponível para consulta geral". Contaram-se por mais de cinco dezenas, nas áreas de Agronomia, Eng. Agrícola ou Zootécnica (nomeadamente no "ramo de Extensão Rural"), Sociologia, Serviço Social e Política Social. A grande maioria (64%) é datada dos anos noventa, seguindo-se os oitenta (25%); os anos setenta apenas representam 3,5%, o

que, por sua vez, é metade da proporção dos trabalhos anteriores a este decénio. Por ordem decrescente de representação, salientam-se os estudos que contribuem para o conhecimento: **a)** do papel dos serviços no DRUR/DLOC (especialmente o caso do turismo e das instituições de ensino/formação); **b)** dos projectos, actuações ou avaliações em extensão rural; **c)** da actuação em Dcom, DLOC e educação de adultos; **d)** da avaliação de casos de formação profissional (agricultores e técnicos); **e)** dos planos, políticas e acções municipais; **f)** de vários outros assuntos (apreciação de projectos de DRUR, a contribuição do artesanato, valorização do ambiente, da agricultura e da população rural, o cooperativismo, etc.).

No que diz respeito às teses/dissertações académicas relevantes para o mesmo assunto ao nível do mestrado ou doutoramento, contámos (sem pretensões de exaustão) cerca de uma centena entre as universidades de todo o país. Mais de 80% foram defendidas nos anos noventa, 14% nos anos oitenta e as restantes são anteriores. Identificam-se (6) sobretudo nas áreas da Sociologia (24%), Geografia (20%), Agronomia e Economia Agrária (16%), Extensão e Desenvolvimento Rural (12%), Economia (9%), Planeamento ou Ordenamento (8%), Antropologia (7%), Ecologia Humana (3%), Ciências da Educação e História (cerca de 1% cada).

Procurando fazer uma classificação por incidências, a maioria das teses orienta-se para diversas formas de caracterização, análise ou diagnóstico de áreas rurais (18%). Seguem-se a exploração da relação entre as autarquias e o DLOC e da relação entre a educação, formação e o DLOC (9% cada). Com a proporção de 6% surgem sete tipos de assuntos: **1)** associativismo em áreas rurais; **2)** avaliação ou análise económica/financeira de projectos; **3)** DLOC em meio rural; **4)** extensão rural, difusão de informação/inovações e modelos de actuação; **5)** indústria em áreas rurais; **6)** PAC versus agricultura e DRUR; **7)** o sector terciário e a "agricultura a tempo parcial" em áreas rurais. Com 4,5% cada, surgem a avaliação ou análise de programas de desenvolvimento (agrário, rural, local), a economia agrícola e a relação economia - ambiente. Seguem-se: DLOC em meio urbano, identidade local e cultura (cerca de 3% cada); descentralização e desenvolvimento regional, história de territórios rurais (cerca de 2% cada); condições de vida e assistência em áreas rurais (aprox. 1 %).

EM JEITO DE CONCLUSÃO

• ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO: O COMPROMISSO E OS VALORES NA "SOCIEDADE DO(S) SABER(ES)"

Numa interpretação pessoal, é pertinente fazer notar, neste momento, a associação entre uma produção de estudos sobre DRUR ou DLOC em dinâmica de forte crescimento (no caso, mas que é paralelo com o que se verifica noutros domínios) e a consciência generalizada da utilidade social do ensino e da investigação, num contexto valorativo inerente à afirmação da "sociedae do saber" (cf. DRUCKER, 1993). Trata-se de uma sociedade em que o aprofundamento da democracia implica a qualificação permanente das pessoas e do ambiente em que vivem (promoção de um ambiente estimulante).
Neste contexto, investigar em ciências sociais e humanas - com os olhos postos num cenário desejado de aprendizagem e qualificação social nas áreas desvalorizadas - torna-se, cada vez mais, um processo em que a aproximação da realidade se opõe a um mero distanciamento analítico. Incidir no DRUR ou DLOC significa também uma preocupação transdisciplinar de simultânea qualificação e dignificação (emancipação) das pessoas. Longe de um academismo elitista de antanho (gerador de subdesenvolvimento pessoal e territorial), os estudos visam aplicações imediatas, continuadas e discutidas. De outro modo deixaria de existir, nos dias que correm, uma inserção profissional do investigador, por mérito. Trata-se de contribuir para valorizar a componente ascendente do planeamento, na medida em que o recurso crescente ao "trabalho de campo" não deixa de ser, a um tempo, um meio de avaliação (e avaliar é aprender...) e uma imersão no futuro ambiente de actuação, onde a atitude privilegiada é a de colaboração e respeito pelos saberes e competências específicas locais. Dar confiança e ganhar confiança, base para um melhor aproveitamento das contribuições alheias, não é visto apenas como via instrumental para a promoção unilateral, mas sim uma necessidade para a melhor interacção pessoal e organizacional inerente ao planeamento participado.

Em suma, o crescimento do interesse pelas investigações em DRUR e DLOC parece implicar uma atitude (politizada) de alteridade e a perspectiva do ordenamento rural e territorial comprometido com valores que, traduzidos num "discurso da legitimidade", não deixam de acompanhar, embora criticamente, os valores do "discurso da eficiência". Aliás, por via da permanência dos estudos e da participação, é de crer que a maior eficiência global se atinge com a generalização da qualificação...

NOTAS

(1) O conjunto das referências deste artigo soma 110 títulos, mas inclui só alguns dos trabalhos académicos (não necessariamente os mais significativos, em certas perspectivas), que se estimam por umas poucas centenas. Por isso, à falta da apresentação dos seus títulos, na parte final apresenta-se apenas um esboço de classificação de todo o tipo de dissertação em diferentes ciências sociais e humanas, embora limitada ao rol de recolhas do autor. Os eventuais interessados em observar mais títulos significativos sobre o assunto poderão contactar o autor (lrmoreno@fl.ul.pt).

(2) Mesmo sem caracterizar a formação profissional, note-se apenas que a instrução obrigatória se manteve nos 4 anos (3 para as mulheres) até aos anos 70 (do século XX) e só passou de 6 para 9 anos em 1986, enquanto que na Dinamarca - como (bom) exemplo, a mesma passou de 8 para 14 anos nos anos 30... **do século XIX** (!).

(3) Fruto da geopolítica de blocos, insucesso das práticas tradicionais de dominação e de planeamento, descolonização, emergência de novos países industrializados, entre outras causas, associadas e mudanças culturais, científicas e técnicas.

(4) Apesar desta data, a publicação corresponde à tese de doutoramento em Economia defendida em 1987.

(5) Resultado da dinamização católica que origina o Movimento da Solidariedade Rural em 1983.

(6) Tratam-se de identificações que provêm das designações dos mestrados ou doutoramentos a que dizem respeito, e não de uma classificação disciplinar dos assuntos em que incidem, matéria que se foca adiante.

REFERÊNCIAS

ACR (1988) - ***A aldeia que eu quero no Portugal europeu,*** Acção Católica Rural, Lisboa, 104 p.

ADPM (1996) - ***Intervenção "Recuperação de Centros Rurais IDL-PPDR": Centro Rural de Mértola, 1996-1999,*** Mértola, Associação de Defesa do Património de Mértola.

ALMEIDA, J Ferreira de; et al. (1994) - ***Regiões rurais periféricas: que desenvolvimento? - uma experiência no concelho de Almeida,*** CAIS/CIES, Lisboa

AMARO, Rogério Roque; et al. (1992) - ***Iniciativas de Desenvolvimento Local - caracterização de alguns exemplos,*** ISCTE/IEFP, Lisboa, 162 p.

ANDRADE, I Rebelo de (1987) - "Difusão de inovação e extensão rural em Portugal", ***Economia e Sociologia*** nº 44, pp. 5-31

ANIMAR (1995) - ***Guia das iniciativas de desenvolvimento local em meio rural***, animar, 118 p.

ANIMAR (1998) - ***Guia das iniciativas de desenvolvimento local,*** animar, 199 p.

APS (1994) - ***Encontro sobre dinamicas culturais, cidadania e desenvolvimento local, 1993, Vila do Conde,*** Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994, 795 p.

ARROTEIA, Jorge (1996) - "Contributos para a análise do ensino superior como factor de desenvolvimento regional", ***IV Encontro Nacional da APDR,*** Univ. Beira Interior, Nov.96

ASGARVE (1996) - ***Seminário "Política Agrícola e Desenvolvimento Rural do Algarve",*** Loulé (1992), Associacão dos Eng. Agrónomos e Silvicultores do Algarve, 225 p.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (1993) - ***A política agrícola do Estado Novo ,*** Ed. Afrontamento.

BARROS, Afonso de (coord.) I1980) - ***A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica, Seminário de 12-14/12/1979, FCG, IGC-CEEA,*** Oeiras

BARROS, Henrique de (1930) - ***Ensaio sobre a história da colonização metropolitana,*** Lisboa, ISA, 582 + 32 p.

BARROS, Henrique de (1978) - ***Cooperação agrícola,*** Livros Horizonte, 2a ed., Lisboa

CABRAL, Carlos Manuel A (1990) - ***Cooperativas agrícolas e dinâmica de transformação da agricultura. O sector horto-frotícola,*** Lisboa, ISA-UTL, 372 p. (diss. dout. Eng. Agronómica - ISA)

CALDAS, E Castro (1991) - ***A agricultura portuguesa através dos tempos,*** Lisboa, INIC, 653 p.

CAMACHO, Ildefonso (1991) - ***Doctrina social de la Iglesia: una aproximación histórica,*** Madrid, Ediciones Paulinas, 619 p.

CARRIÇO, Jacinto (1978) - "Some questions connected with the installation of new extension services in Portugal" 1978 Conference of Overseas Natural Resources Officers, University of Reading.

CAVACO, C; RAMOS, A S (1994) - ***Do despovoamento rural ao desenvolvimento local,*** Lisboa, PAOT-DGDR, 259 p.

CAVACO, Carminda (1977) - ***A cooperativa agrícola em Portugal: desenvolvimento e expressão geográfica,*** Projecto de Investigão apresentado à FLUL para o doutoramento em Geografia Humana

CAVACO, Caminda (coord.) (1994) - ***As artes e ofícios tradicionais e as micro--empresas face ao desenvolvimento regional e local,*** Actas do Seminário, PAOT-MIE/ME/MESS, Lisboa

CCRA (1990) - ***OID norte-alentejano,*** Évora, Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, CCRA-MPAT.

CCRC (1993) - ***Serviços e desenvolvimento numa região em mudança - Actas do seminário internacional,*** Coimbra CCRC, CCE-DG XVI.

CCRC (org.) (1986) - ***O financiamento do desenvolvimento regional e local,*** Seminário organizado pela CCRC em colab. com OCDE, Coimbra, 257 p.

CCRC/DRCC (1993) - ***Exclusão social e turismo rural,*** Relatório e actas do seminário decorrido em Almeida em 7-9/05/1992, CCRC, DRCC, Coimbra, 171 p.

CCRN; et al. (1990) - ***Actas do Colóquio Internacional "O Desenvolvimento Local e a Acção dos Agentes de Desenvolvimento nas Regiões de Emigração da Europa",*** Porto, 1989, CCRN-CCRC-CCRA-BIT

CIDM (1995) - ***Espaços de Informação "Bem-me-quer" - estruturas de apoio à população e ao desenvolvimento local, Actas do Seminário, Ed.*** Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, MESS, Lisboa

CLEMENTE, M; NEVES, J C; SEABRA, J (eds) (1987) - ***Desenvolvimento e solidariedade: Populorum Progressio, vinte anos depois,*** Lisboa, Rei dos Livros, 105 p.

CNE (1995) - ***Educação, comunidade e poder local,*** Actas do Seminário 6-7 Dezembro de 1994 (I.P. Viana do Castelo), Lisboa, Conselho Nacional de Educação, 328 p.

CNE (1996) - ***Educação e meios rurais: problemas e caminhos do desenvolvimento,*** Actas do Seminário de Junho dè 1995 em Évora, Lisboa, Conselho

Nacional de Educação, 196 p.
COSTA, M da Silva; NEVES, J Pinheiro (coord.) (1993) - ***Autarquias Locais e Desenvolvimento.*** Actas do Colóquio em Braga (Nov.1991), Ed. Afrontamento.
COVAS, A; PORTELA, J; et al. (1993) - ***Dois contributos para um livro branco sobre a agricultura e o meio rural,*** Lisboa, Ministério da Agricultura.
CRISTÓVÃO, Artur (1994) "Para uma nova extensão rural", ***Economia e Sociologia*** nº 57, pp. 205-218
CRISTÓVÃO, Artur (1995) "Do Sistema de Formação e Visitas à Investigação e Desenvolvimento de Sistemas Agrários: análise crítica de um percurso", ***Economia e Sociologia*** nº 59, pp. 93-124
CRISTÓVÃO, Artur (1997) "Mudam-se os tempos... mudem-se os modelos! Para a criação de novas formas de interacção entre investigadores, extensionistas e agricultores", ***Vida Rural,*** Março 1997, pp. 6-10
CRUZ, Ana Maria Braga da (1991) - ***Urdir a teia, tecer a vida,*** Cadernos Condição Feminina nº 32, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, PCM, Lisboa
DRUCKER, Peter F (1993) - ***La sociedad poscapitalista,*** Apóstrofe, Barcelona.
ESDIME (ed.) (1995) - ***Formação para o Desenvolvimento Local em Meio Rural, Colóquio 5º aniversário da Esdime - Relatório e conclusões,*** Esdime, Messejana.
ESDIME (ed.) (1997) - ***Desenvolver desenvolvendo: práticas e pistas para o desenvolvimento local no Alentejo,*** Messejana, Esdime, 158 p.
ESPADA, J Mendes (1991) - ***Plano de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes,*** Oeiras, INA.
FCG-CEEA (1959) - ***Trabalhos portugueses inéditos sobre economia agrária: inventário,*** Lisboa, F.C.Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1º Vol., 280 p.
FCG-CEEA (1968)- ***Trabalhos potugueses inéditos sobre economia agrária: inventário,*** Lisboa, F.C.Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, 2º Vol.: 1958/1966, 181 p.
FERRÃO, J; BAPTISTA, A M (1989)- "Industrialização e desenvolvimento endógeno em Portugal", ***Sociologia - Problemas e Práticas*** nº 7, pp. 43-64
FERRÃO, João (coord.) (1997) - ***Políticas de inovação e desenvolvimento regional e local,*** Actas do encontro em Évora, 1995, Lisboa, Ed. Instituto de Ciências Sociais, 130 p.
FERREIRA, Maria Estela Alegria (1990) - ***Integrated rural development: analysis of a project for Trás-os-Montes - Portugal,*** The Hague: Institute of Social Studies, 102 p. (diss. mestrado em Desenvolvimento e Planeamento Regional do IES de Haia)
FERRINHO, Homero (1978) - ***Cooperativas e desenvolvimento rural,*** Clássica Editora, Col. Técnica Agrária, 222 p.
GC/PIDR-NE (1986, 1989) - ***Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Nordeste Algarvio / Baixo Guadiana - Programação material e financeira,*** CCRAlg, Faro.
GUERREIRO, João Pinto (1986) - ***Problemas y perspectivas de la ordenacion rural en areas perifericas. El caso de Miranda do Douro (Portugal),*** Instituto Agronomico Mediterraneo de Zaragoza.
GUSMÃO, Maria José; MARQUES, A J Gomes (coord.) (1978) - ***Curso sobre educação de adultos.*** Universidade do Minho, Projecto de Educação de Adultos (26/1 a 16/4), Braga.
HENRIQUES, J; LOPES, R G; BAPTISTA, A J Mendes (1991) - ***O Programa ILE em Portugal,*** Lisboa, Ed. Escher, Col. Estudos Locais nº 5.
HENRIQUES, José Manuel (1990) - ***Municípios e desenvolvimento,*** Lisboa, Ed. Escher, Col. Estudos Locais nº 2.
HESPANHA, Pedro (1994) - ***Com os pés na terra. Práticas fundiárias da população rural portuguesa,*** Ed. Afrontamento
HOVEN, Rudy Van der; NUNES, M Helena (coord.) (1996) - ***Desenvolvimento e acção local,*** Porto, Fim de Século.
I.U.E. (1974) - ***Extensão Rural - Primeiro Seminário Universitárfo de Évora,*** Instituto Universitário de Évora.
IACEP (1984) - ***Processo de regionalização, concepção e implementação - Desenvolvimento Económico e Pólítica Regional,*** NEUR, Estudos Urbanos e Regionais, Lisboa.
IAF (1965) - ***Desenvolvimento comunitário, Seminário realizado em Lisboa e Porto,*** Lisboa, Instituto de Assistência à Família, Ministério de Saúde e Assistência, 248 p.
IN LOCO (1991) - ***Programa de Iniciativa Comunitária "LEADER" Apoio à Revitalização Rural Integrada da Serra do Caldeirão, Algarve/Alentejo (ARRISCA), Dossier de candidatura,*** Faro, Associação IN LOCO.
ISA/EUROTEAM (1996) - Encontro "Ordenamento rural integrado" (Lisboa), ***Lavoura Moderna*** nº 6, pp. 63- 131.
LIMA, Licínio C (org.) (1990) - ***Projecto - Viana (1983-1988): um ensaio de investigação participativa,*** Braga, Universidade do Minho, Unidade de Educação de Adultos, 141 p.
LOPES, A Simões (1982) - "Teoria e política do desenvolvimento regional", in ***Conferência sobre Regionalização e Desenvolvimento,*** INCM, 1984, pp. 186-206.
LOPES, Raul Gonçalves (1990) - ***Planeamento municipal e intervenção autárquica no desenvolvimento local,*** Ed. Escher Publ., Col. Estudos Locais nº 1, Lisboa.
LOURENÇO, Joaquim da Silva (1981) - ***Associativismo de produção na agricultura: Propriedade, gestão, distribuição do rendimento,*** Lisboa, ISA-UTL, 512 p. (diss. dout. Eng. Agronómica)
MA/IEADR (ed.) (1995) - ***20 Valores do Mundo Rural,*** MA-IEADR/Programa LEADER.
MAI (1981) - ***Livro Branco sobre a Regionalização,*** MAI/SEARL, Lisboa, 2 Vol.
MORENO, Luís (1993) - ***Informação na agricultura algarvio.: os anos oitenta,*** Univ. de Lisboa, Faculdade de Letras (dissertação de mestrado), 192 + 60 p.
MORENO, Maria do Rosário (1996) - ***Da indução do desenvolvimento rural à gestão multiparticipada,*** FCT-UNL (dissertação de mestrado), 273 p.
MPAT (1989) - ***Plano de Desenvolvimento Regional 1989-1993,*** Lisboa, MPAT.
MSR (1984) - Mundo Rural: que desenvolvimento?, Lisboa, Ulmeiro, 137 p.
NETO, J B Pereira (1962) - "Política de desenvolvimento comunitário nas Províncias Portuguesas de África", Revista ***Ultramar*** nº 9, Julho/Setembro.
NEVES, A Oliveira das (1984) - "A dimensão local da crise de emprego nos anos 80: reflexões em torno do 'Processo de Castanheira de Pêra' - uma Iniciativa Local de Emprego (ILE) no âmbito da OCDE", ***Economia e Socialismo*** nº 63, pp. 93-104.
NEVES, Tony (1994) - ***Doutrina social da Igreja,*** Huambo, s/ ed., 2a parte, 87 p.
NOGUEIRA, Eurico Dias (1986) - ***Desenvolvimento regional e fé cristã,*** Braga, 151 p.

NOGUEIRA, M Dias; SERAFIM, F Doutel (1991) - "Reflexões sobre investigação agrária e extensão rural", ***Vida Rural*** nº 12/91, pp. 24-31

NÓVOA, António; et al. (1992) - ***Formação para o desenvolvimento: uma experiência participada de formação de agentes de desenvolvimento. Programa JADE, Estudo elaborado no quadro de um projecto da OIT,*** Lisboa, Fim de Século, 156 p.

PAULO VI (1967) - ***Carta Encíclica sobre o Desenvolvimento dos Povos, «Populorum Progressio»,*** Lisboa, Editorial Logos, 131 p.

PEDROSA, Nélia do Carmo (1997) - ***O papel da autarquia no desenvolvimento local. O caso especifico do município de Pombal,*** Univ. Évora, Trab. Fim Curso Sociologia, 280 p.

PEREIRA, J V Silva (1988) - ***A serra do Caramulo: desintegração de um espaço rural,*** Coimbra, FLUC (diss. dout. G. Humana), 612 p.

PINHO, Ezequiel (1987) - ***Credit cooperatives in Southern Portugal: recent evolution and current performance,*** The Ohio State University.

PIRES, António de Azevedo (1963) - ***Doutrina social agrária: textos episcopais,*** Lisboa, Ed. Logos, Col. Sociológica, 181 p.

PIRES, Artur da Rosa (1983) - ***Rural diffuse industrialization in Portugal: the case study of the of Agueda and Feira.*** Cardiff, Tese de mestrado apresentada ao Dep. of Town Planning, UWIST.

PIRES, Artur da Rosa (1987) ***Part time farming and rural development: a regional perspective of Portugal,*** Cardiff, ed. do autor, 485 p. (tese dout. pelo ICT da Univ. Gales)

PORTELA, José (1984) - ***Relatório relativo ao seminário sobre projectos de Desenvolvimento Rural Integrado: caracteristicas e problemas,*** Vila Real, IUTAD, DES/UA.

PORTELA, José (1991) - ***Investigadores e agricultores: tese, antítese e síntese,*** Vila Real, UTAD, 20 p.

POSSINGER, Hermann (1971) - "Problemática da instalação de um projecto de extensão rural no Planalto Central Angolano", in ***Cursos Superiores de Agronomia e de Silvicultura da Univ. de Luanda*** (ed.), Primeiros Encontros Agronómicos de Nova Lisboa, pp. 173-192.

REBELO, J; MENDES, V (1996) - "As Caixas de Crédito Agrícola Mútuo na primeira metade dos anos noventa", ***Economia e Sociologia*** nº 62, pp. 93-110.

REIGADO, F Marques (1996) - "Ensino e Desenvolvimento", ***IV Encontro Nacional da APDR,*** Univ. Beira Interior, Nov.96.

REIGADO, F Marques (1998) - "A universidade no desenvolvimento regional: da pedagogia à ética de relacionamento", ***V Encontro Nacional da APDR, Emprego e Desenvolvimento Regional,*** Coimbra, Fac. Economia, 18-20 Junho (s. paralela 7)

REIS, José (1992) - ***Os espaços da indústria: a regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal,*** Porto, Afrontamento.

S.C.A.P. (1979) - ***I Jornadas de Extensão Rural, Oeiras, 7-11 Fevereiro 1977,*** Lisboa, Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal.

SEMEDO, Elisabete Maria G (1993) - ***Uma experiência de desenvolvimento comunitário realizada no concelho de Portalegre: 1963-1974,*** Univ. Évora, Trab. Fim Curso Sociologia, 167 p.

SILBERT, Albert (1966) - ***Le Portugal méditerranéen à la fin de L 'Ancien Régime - XVIIIe et début du XIXe siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée,*** Paris, S.E.V.P.E.N., École Pratique de Hautes Études, 1200 p.

SILVA, Augusto Santos (1990) - ***Educação de adultos, educação para o desenvolvimento,*** Lisboa, Edições ASA.

SILVA, Maria Manuela da (1962) - ***Desenvolvimento comunitário - uma técnica de progresso social.*** Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, Estudos de Economia Aplicada.

SILVA, Vilma Aurora R; et al. (1998) - ***Saberes do Mundo Rural,*** Ed. Solidários, Fund. para o Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário, 117 p.

SOUSA, Alfredo de (1963) - ***Organização e programas de desenvolvimento comunitário,*** Junta Provincial de Povoamento de Angola, Separata da Revista "Estudos Políticos e Sociais" Vol I (1963) nº 3, 50 p.

SPER (1991) - ***I Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais (Évora, 1988),*** Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.

SPER (1995) - ***O desenvolvimento local é possível?,*** FORUM, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.

SPER (1996) - ***III Colóquio Hispano-Portugues de Estudos Rurais (Lisboa, 1995),*** Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.

SYRETT, Stephen (1995) - ***Local Development: restructuring, locality and economic initiative in Portugal,*** Avebury, Aldershot, 372 p.

TELO, Américo Gil Duarte (1985) - ***Por uma sociologia da cooperação no desenvolvimento rural. Estudo de um caso. A cooperativa agrícola do concelho de Monchique.*** Lisboa, ISCSP-UTL (dissertação de licenciatura).

TOSCANO, Carlos João S (1996) - ***Integração europeia e os desafios ao desenvolvimento local - que protagonismo dos municípios portugueses?,*** Lisboa, ISCTE, dissertação de mestrado em Sociologia.

UCISS (1962) - ***Seminário europeu sobre Organização e Desenvolvimento Comunitário, Estoril,*** Estoril, União Católica Internacional de Serviço Social, Cadernos de Serviço Social, nº especial, 169 p.

UTAD/DES (1987) - ***Envelhecimento e retorno: desafios ao desenvolvimento agrícola e rural de Trás-os-Montes,*** Seminário no âmbito do Projecto de Investigação PRAXIS XXI, Vila Real.

VARELA, J A dos Santos (1960) - ***Alguns aspectos do problema agrário (natureza e objectivos da reorganização agrária),*** Lisboa, JCI, 36 p.

VARELA, J A Santos (1992) - ***A agricultura e o espaço rural.*** DGPA-Ministério da Agricultura, Lisboa.

VEIGA, José Eli da (1991) - ***O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica,*** Lisboa, INCM.

VIEIRA, Balbina Ottoni (1980) - ***História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria,*** Rio de Janeiro, Agir, 242 p.

VV.AA (1997) - ***Seminário "Novas políticas europeias e desenvolvimento rural em Portugal",*** Centro Nacional de Formação Técnica de Gil Vaz, Canha (29-30 Out. 1996), Lisboa, DGDR, Série Estudos e Análises, 80 p.

VV.AA. (1983) - ***O papel da universidade no processo de regionalização e de desenvolvimento regional*** (Seminário de 1982), Faro, Universidade do Algarve.

VV.AA. (1988) - ***Formação para o auto-emprego e desenvolvimento local em zonas rurais,*** Cadernos "A Rede" nº 2, Faro.

VV.AA. (1993) - ***O Programa de Desenvolvimento Regional e o mundo rural,*** Lisboa, MA-MPAT.